

## REGIMENTO DO PROCESSO SUCESSÓRIO DE DIRETOR SUPERINTENDENTE – SERGUS

### UNIDADE GESTORA: Conselho Deliberativo - CODEL

*1ª Edição aprovada pelo Conselho Deliberativo do SERGUS em 27/03/2026*

### SUMÁRIO

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO.....	2
CAPÍTULO II – PÚBLICO ALVO.....	2
CAPÍTULO III – OBJETIVO.....	2
CAPÍTULO IV – DA COMISSÃO DE ELEGIBILIDADE.....	2
CAPÍTULO V – PREMISSAS GERAIS.....	2
CAPÍTULO VI – DO PROCESSO SELETIVO.....	3
CAPÍTULO VII – DO MANDATO.....	3
CAPÍTULO VIII – METODOLOGIA DE ATRAÇÃO, AVALIAÇÃO E ESCOLHA.....	3
Seção I – Do Processo de Atração.....	4
Seção II – Do Processo de Avaliação.....	4
Seção III - Dos Procedimentos de Escolha.....	4
CAPÍTULO IX – DA RECONDUÇÃO .....	5
CAPÍTULO X – DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO DELIBERATIVO .....	5
CAPÍTULO XI – DA COMPETÊNCIA DA DIRETORIA EXECUTIVA .....	6
CAPÍTULO XII – DO RESULTADO.....	6
CAPÍTULO XIII – DISPOSIÇÕES FINAIS.....	7



## CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

**Art. 1º** Este regimento estabelece as diretrizes e requisitos para disciplinar o processo de sucessão do Diretor Superintendente do SERGUS, e será conduzido sob a orientação e supervisão do Conselho Deliberativo, de acordo com as disposições legais e estatutárias.

## CAPÍTULO II – PÚBLICO ALVO

**Art. 2º** O presente regimento se aplica aos participantes do SERGUS.

## CAPÍTULO III – OBJETIVO

**Art. 3º** Este regimento tem como principal objetivo, estabelecer o processo sucessório por meio da definição de critérios a serem observados no processo de seleção e contratação do Diretor Superintendente do SERGUS, de forma a assegurar a renovação periódica e planejada da composição do colegiado, preservando os valores e as competências essenciais da Entidade, e estimulando a renovação institucional, mediante processo seletivo amplamente divulgado e transparente, sob a orientação e supervisão do Conselho Deliberativo, com assessoria da Comissão de Elegibilidade, em caráter temporário, de forma a assegurar que os futuros gestores tenham as competências necessárias para o desempenho de suas funções.

## CAPÍTULO IV – DA COMISSÃO DE ELEGIBILIDADE

**Art. 4º** A Comissão de Elegibilidade será composta por 3 (três) membros, escolhidos dentre os membros titulares e suplentes do Conselho Deliberativo, vedada a participação de integrantes da Diretoria Executiva, ainda que na condição de convidados.

**Art. 5º** Compete a Comissão de Elegibilidade, assessorar o Conselho Deliberativo na condução do processo seletivo, zelando por sua lisura, transparência e aderência às normas aplicáveis.

**Art. 6º** Para cada processo seletivo, será constituída a Comissão de Elegibilidade específica, com composição definida na forma do artigo 4º, cuja atuação perdurará até a indicação formal do novo membro da Diretoria Executiva pelo Conselho Deliberativo, momento em que será considerado extinta, dispensada qualquer formalidade adicional.

## CAPÍTULO V – PREMISSAS GERAIS

**Art 7º** As premissas gerais visam nortear o processo de seleção do Diretor Superintendente do SERGUS, submetendo-se ao Estatuto Social da entidade, devendo observar ainda:

a) O Processo de seleção e contratação do Diretor Superintendente do SERGUS será restrito aos participantes dos planos administrados pela entidade.

b) Alinhamento com a legislação vigente, especialmente com as **Resoluções CNPC nºs 35/2019, 39 e 49/2021** e a **Resolução PREVIC nº 23/2023**.

c) Os candidatos devem atender aos requisitos exigidos para habilitação de Administrador Estatutário Técnico Qualificado-AETQ, junto ao órgão regulador Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, conforme estabelecido no artigo 15.

d) Princípios da transparência, equidade, responsabilidade e prestação de contas.

e) Adoção de critérios técnicos, objetivos, isonômicos e compatíveis com as exigências legais.

**Art. 8º** O processo seletivo será estruturado por meio de análise documental, com o objetivo de confirmar o cumprimento dos requisitos técnicos exigidos.

**Parágrafo único:** Os candidatos habilitados pelo Conselho Deliberativo serão submetidos à indicação da Patrocinadora Principal.

**Art. 9º** Os membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, titulares e suplentes, a fim de prevenir conflito de interesses e assegurar a lisura e integridade do processo, só poderão concorrer ao processo seletivo da Diretoria Executiva, licenciando-se do cargo de conselheiro em até 5 dias úteis, após a data da divulgação do Processo Seletivo, estendendo-se até a data de publicação do resultado do certame.

## **CAPÍTULO VI – DO PROCESSO SELETIVO**

**Art. 10** O processo seletivo será instaurado pelo Conselho Deliberativo, ressalvada a hipótese de instauração de processo de recondução, hipótese em que se iniciará, o processo de avaliação de recondução.

**Parágrafo único:** Concluída a avaliação e não havendo recomendação de recondução, o Conselho Deliberativo deverá instaurar o processo seletivo, assegurando a continuidade administrativa.

**Art. 11** O processo seletivo ocorrerá a partir da análise da documentação comprobatória dos requisitos previstos no artigo 15 deste Regimento.

## **CAPÍTULO VII – DO MANDATO**

**Art. 12** O mandato do Diretor Superintendente observará o prazo, as condições de recondução e demais disposições estabelecidas no Estatuto Social da Entidade, ao qual compete disciplinar a matéria.

## **CAPÍTULO VIII – METODOLOGIA DE ATRAÇÃO, AVALIAÇÃO E ESCOLHA**

**Art. 13** O processo de seleção e sucessão será orientado de modo a promover a integridade institucional, a preservação da cultura organizacional e a excelência na condução das atividades da entidade, incluindo verificação de integridade, avaliação de aspectos do perfil profissional e aderência à cultura organizacional, sendo que a metodologia utilizada para atração e seleção, obedecerá o disposto nos seguintes procedimentos:

- I - Processo de atração;
- II - Processo de avaliação; e

### III - Procedimentos de escolha.

#### Seção I – Do Processo de Atração

**Art. 14** O processo de atração se dará por meio de divulgação nas redes de relacionamentos dos patrocinadores dos planos de benefícios e será restrito aos participantes do SERGUS, os quais, deverão atender os requisitos mínimos obrigatórios, constantes no Estatuto Social e demais disposições dos Regimentos Internos da entidade, alinhados com a legislação vigente.

#### Seção II – Do Processo de Avaliação

**Art. 15** A avaliação inicial dos candidatos inscritos será realizada pela Comissão de Elegibilidade, com base no disposto no artigo 8º, com o objetivo de confirmar o cumprimento dos requisitos técnicos exigidos e verificar a sua efetiva aptidão, considerando:

##### I - Condições para o exercício do cargo:

- a) Experiência profissional comprovada, de no mínimo 03 (três) anos, no exercício de atividade na área de investimentos nos últimos 15 (quinze) anos.
- b) Certificação específica para profissionais de investimentos reconhecidas pela PREVIC (ICSS, AMBIMA, ANCOR, etc.), adequada à função de Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado – AETQ (Responsável pela gestão dos recursos da ENTIDADE);
- c) Não ter sofrido condenação criminal transitada em julgado;
- d) Vinculação à Entidade na qualidade de Participante ou Assistido;
- e) Formação de nível superior;
- f) Adimplência perante à Entidade;
- g) Não ter sofrido penalidade administrativa por infração da legislação da seguridade social, inclusive da previdência complementar, ou como servidor público;
- h) Reputação ilibada e inexistência de restrição decorrente de processo administrativo ou judicial, conforme definido na legislação e normas em vigor;
- i) Não ser considerada Pessoa Politicamente Exposta (PEP), conforme definido pela legislação vigente; e
- j) Não ser cônjuge, companheiro (a) ou parente em linha reta, ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de membro dos órgãos estatutários do SERGUS que estejam no exercício de seu mandato.

**II - Capacidade Gerencial:** Experiência mínima de 03 (três) anos em cargos de gestão até o terceiro nível hierárquico não estatutário, exercidos nos últimos 15 (quinze) anos.

#### Seção III - Dos Procedimentos de Escolha

**Art. 16** A Comissão de Elegibilidade, após análise documental, encaminhará ao Conselho Deliberativo os candidatos pré-selecionados, de acordo com avaliação objetiva, para habilitação.

**Art. 17** Os candidatos pré-selecionados pela Comissão, serão habilitados pelo **Conselho Deliberativo**, que os submeterá à indicação da Patrocinadora Principal, quando será concluído o processo.

## CAPÍTULO IX – DA RECONDUÇÃO

**Art. 18** Na hipótese de recondução de membro da Diretoria Executiva ao cargo de Diretor Superintendente, esta não será automática, devendo observar processo formal, conduzido pelo Conselho Deliberativo, com base em critérios objetivos de desempenho, integridade e conformidade, e resultar de decisão motivada, devidamente documentada.

**§1º** O processo de recondução poderá ser instaurado de ofício pelo Conselho Deliberativo, quando entender conveniente avaliar a continuidade do dirigente no cargo.

**§2º** Uma vez instaurado o processo de recondução, o Conselho Deliberativo deverá, previamente ao início da instrução, consultar o dirigente acerca de seu interesse na continuidade no cargo, considerando-se encerrado o processo de recondução, com seu consequente arquivamento, em caso de manifestação expressa de desinteresse, hipótese em que serão adotadas as providências necessárias à instauração de processo seletivo, nos termos desta Política.

**§3º** O processo de recondução não exigirá a constituição de Comitê de Elegibilidade, sendo conduzido internamente pelo Conselho Deliberativo, que poderá, se julgar conveniente, solicitar apoio técnico de áreas internas do SERGUS.

**§4º** O dirigente avaliado apresentará Relatório de Resultados e Desempenho que demonstre:

- I - Principais resultados alcançados e o impacto das ações realizadas no período;
- II - Cumprimento das obrigações do cargo e obediência às leis, ao Estatuto e às normas da PREVIC;
- III - Melhorias implementadas na gestão de riscos e nos controles internos;
- IV - Manutenção da certificação profissional e participação em treinamentos;
- V - Atuação ética e alinhamento institucional com a cultura do SERGUS.

**§5º** Concluída a análise, o Conselho Deliberativo deliberará, em reunião específica, sobre a recomendação de recondução, vedada qualquer forma de prorrogação automática do mandato, devendo a decisão ser fundamentada e constar em ata própria.

## CAPÍTULO X – DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO DELIBERATIVO

**Art.19** Compete ao Conselho Deliberativo, com o apoio da Comissão de Elegibilidade:

- I - aprovar a minuta do Comunicado de Abertura de Vaga, que deverá conter, no mínimo:
  - a) identificação do cargo em disputa e a duração do mandato;
  - b) os requisitos de participação, incluindo formação acadêmica, experiência

profissional, certificação e impedimentos;

c) as etapas do processo seletivo e os critérios de avaliação técnica, de aspectos do perfil profissional e de integridade;

d) a forma, os prazos e o meio de inscrição dos candidatos;

e) as orientações sobre a apresentação dos documentos comprobatórios e a verificação de elegibilidade;

f) a metodologia utilizada e o papel da Comissão de Elegibilidade;

g) as hipóteses de desclassificação; e

h) as formas de divulgação dos resultados de todas as etapas no site institucional do SERGUS e demais canais de comunicação das patrocinadoras.

II - orientar e supervisionar a aplicação deste Regimento.

III – avaliar eventuais casos omissos ou situações não previstas neste Regimento.

## **CAPÍTULO XI – DA COMPETÊNCIA DA DIRETORIA EXECUTIVA**

**Art. 20** Compete à Diretoria Executiva adotar todas as providências necessárias à execução do processo seletivo ora disciplinado, observadas as deliberações e orientações do Conselho Deliberativo, especialmente:

I - dar apoio material ao Conselho Deliberativo, com imparcialidade e transparência mediante procedimento regular e em conformidade com as normas aplicáveis;

II - assegurar o fornecimento das informações institucionais e documentais necessárias à adequada execução do processo;

III - providenciar a publicação do Comunicado de Abertura de Vaga, após aprovação pelo Conselho Deliberativo, no site institucional do SERGUS e demais canais de comunicação internos e das patrocinadoras;

IV - garantir a transparência e a publicidade das etapas, prazos e resultados, conforme as diretrizes aprovadas;

V - prestar suporte administrativo e logístico ao Conselho Deliberativo e à Comissão de Elegibilidade durante as etapas do processo; e

VI - adotar as medidas administrativas e contratuais decorrentes da deliberação final do Conselho Deliberativo em conjunto com a Patrocinadora Principal, inclusive a comunicação aos participantes e o envio de informações à PREVIC, quando cabível.

**Parágrafo único:** A Diretoria Executiva deverá manter o Conselho Deliberativo informado sobre todas as etapas do processo seletivo, garantindo a rastreabilidade e a integridade documental de todos os atos praticados.

## **CAPÍTULO XII – DO RESULTADO**

**Art. 21** O resultado final do processo seletivo será divulgado no site institucional do SERGUS, e demais canais de comunicação internos e das patrocinadoras.

**Art. 22** Não caberá recurso de qualquer espécie no processo seletivo, seja por sua condução ou por seu resultado.

## CAPÍTULO XIII – DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 23** Este Regimento será revisado sempre que houver necessidade de adequação.

**Art. 24** Os documentos e registros produzidos em decorrência deste Regimento deverão ser classificados, arquivados e mantidos em conformidade com as normas aplicáveis à gestão documental, observados os prazos de guarda ali estabelecidos.

**Art. 25** Este Regimento entra em vigor na data da sua aprovação.

